

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0013318-79.2015.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
Requerente: **VICTORIA SESCHI PAULINO**
Requerido: **Claro S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

A preliminar suscitada em contestação entrosa-se com o mérito da causa e como tal será apreciada.

A autora alegou que é cliente da ré há dois anos.

Alegou que em 14 de outubro de 2015 foi efetuada uma ligação de sua linha telefônica para o número 11-3188-3300, não sabendo precisar quem a efetuou.

Na sequência, solicitou que a ré lhe enviasse cópia do teor da gravação daquela ligação, mas não obteve resposta.

Em razão disso, almeja à condenação da ré a exhibir a gravação dessa conversa.

A ré em contestação salientou que não pode efetuar gravações telefônica do teor das conversas de seus clientes, de sorte que não

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

poderia exibi-la em Juízo.

O quadro delineado conduz à improcedência da ação.

A gravação de conversa telefônica só seria possível por determinação judicial anterior, hipótese da qual não se cuida.

Por outro lado a autora também não demonstrou interesse na dilação probatória eis que intimada a se manifestar nada disse. (fl. 34)

Por tudo isso, não vislumbrando amparo à pretensão deduzida, sua rejeição é de rigor.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 10 de março de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**